

# ***Análise do dicionário de usos do português do Brasil***

MICHELLE KÜHN FORNARI<sup>1</sup>  
FÉLIX BUGUEÑO MIRANDA<sup>2</sup>

## RESUMO

*No panorama lexicográfico brasileiro, a aparição do Dicionário de Usos do Português do Brasil (DUPB 2002) significa uma mudança considerável, já que metodologicamente tem a pretensão de se distanciar das obras de A.B.H Ferreira (AU, 1999) e A. Houaiss (HOU, 2001). O objetivo deste trabalho é fazer uma análise do dicionário nos seus componentes constitutivos. Como metodologia, aplicamos nesse estudo os princípios de estruturação canônica de todo dicionário semasiológico (macro, micro, medioestrutura, Front Matter e Back Matter). Os primeiros resultados permitem constatar que apesar da inovação que o DUPB (2002) representa, o dicionário evidencia também questões que merecem uma atenção especial.*

**Palavras-chave:** *lexicografia, macroestrutura, microestrutura.*

## ABSTRACT

*In the Brazilian lexicography view, the apparition of the Dicionário de Usos do Português do Brasil (DUPB 2002) means a considerable change, since it has the pretension of methodologically differ from A. B. H. Ferreira (AU,1999) and A. Houaiss (HOU, 2001) works. The main objective of this work is to analyze the constitutive components of the dictionary. As method, we apply in this study the principles of canonic structure of all semasiological dictionaries (macro, micro, mediostructure, Front Matter and Back*

---

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Letras/UFRGS - Bolsista PIBIC-CNPq

<sup>2</sup>Professor – Orientador do Curso de Letras/UFRGS (felixv@uol.com.br)

Matter). First results show that despite the innovation that the DUPB (2002) represents, there are still some questions that deserve special attention.

**Keywords:** lexicography, macrostructure, microstructure.

## INTRODUÇÃO

O *Dicionário de usos do Português do Brasil* (doravante DUPB (2002)) é uma obra cuja proposta é inovadora no que diz respeito à lexicografia brasileira, pois se propõe um dicionário cuja intenção é a de refletir a língua realmente utilizada na comunidade brasileira. No entanto, nesse ponto, encontramos algumas questões a tratar, como por exemplo, a problemática da dicotomia norma real x norma ideal. A princípio, podemos afirmar que um dicionário de usos deve estar ligado à norma real, deixando à norma ideal para o âmbito dos dicionários gerais.

O primeiro passo para realizar um estudo sobre o DUPB (2002) é estabelecer qual é a intenção desse dicionário. Para tanto, recorreremos à "Nota do editor":

"O *Dicionário de usos do Português do Brasil* se apresenta como um dicionário da língua escrita no Brasil na segunda metade do século XX. A preocupação de registrar o uso efetivo do sistema lingüístico, num período e local bem determinados, torna-o, em vários aspectos, diferente das outras obras do gênero".

(DUPB, 2002: V).

Ao longo desta análise, verificaremos se isso de fato se realiza no dicionário. Segundo Bugueño (2005/inédito), os dicionários trazem em si uma dificuldade natural: "nunca vão a priori fixando a língua, mas são sempre uma instância a posteriori

do fato lingüístico, registrando-o". Apesar disso, normalmente a obra lexicográfica faz o papel de autoridade no que se refere à língua, uma vez que as pessoas em geral costumam considerar seu conteúdo como regras. Isso nos leva a crer em um duplo caráter dos dicionários em geral: Atuar na condição de registro e na condição de autoridade; o que pode acabar desvirtuando a imagem da língua apresentada pelo dicionário. Conforme Bugueño (idem), "o dicionário oferece, como verdadeira, uma imagem da língua que nem sempre corresponde à original". É a partir dessa reflexão de Bugueño que vamos estruturar nosso estudo.

### O *Front Matter*

Hartman (2001) apresenta o conceito de *Front Matter* para as "Partes Introdutórias" do dicionário como aquele componente que traz o conjunto de abreviaturas lingüísticas, por exemplo. Nós consideramos que o *Front Matter* é muito mais do que isso. O *Front Matter* é, na realidade, uma ponte de comunicação entre o consulente, o lexicógrafo e o próprio dicionário. Isso significa que o *Front Matter* deve ser uma ferramenta facilitadora do ato da consulta. Para tanto, estabelecemos que deve cumprir duas funções básicas: a) Oferecer ao leitor um panorama sobre o objetivo que o dicionário pretende cumprir e b) Funcionar como um manual de instruções acerca da utilização do dicionário por parte do usuário<sup>3</sup>.

<sup>3</sup>Um estudo específico sobre o *Front Matter* é Fornari (2006), ainda inédito.

Após uma análise conjunta de vários dicionários da Língua Portuguesa e da Língua Espanhola, verificamos que o *Front Matter* não costuma seguir nenhuma concepção teórica e que, na verdade, acaba não cumprindo nenhuma função dentro dos dicionários. No entanto, no que se refere ao DUPB (2002), a conclusão é outra. DUPB (2002) consegue chegar a uma comunhão perfeita entre abrangência (*qualidade* daquilo que é exposto no *Front Matter* e o seu teor de relevância e de informabilidade) e concisão (*quantidade* das informações, ou seja, o *Front Matter* deve informar e auxiliar de forma direta e objetiva, procurando alcançar o maior poder de síntese possível).

Tanto no âmbito do *Front Matter* quanto no âmbito medioestrutural, acreditamos que DUPB (2002) segue critérios coerentes e que resultam em um bom funcionamento destes componentes. Em razão disso, nossa análise estará centrada muito mais nos aspectos macro e microestruturais e no *Back Matter* do dicionário.

## A macroestrutura

A macroestrutura é o conjunto de palavras que formarão a nominata do dicionário. No caso do DUPB (2002) e da maioria dos dicionários da Língua Portuguesa, sua organização básica é a ordem alfabética. O primeiro aspecto que vamos tratar no âmbito da macroestrutura é a questão quantitativa<sup>4</sup>. É de se perguntar se um dicionário de usos deve ter uma nominata tão grande quanto à encontrada em DUPB (2002), estando sujeita a não refletir o uso efetivo da lín-

gua, já que essa obra, conforme informação retirada do seu *Front Matter*, tem a preocupação de registrar tal uso efetivo do sistema lingüístico, ou seja, a norma real. Segundo Farias (2006), a “norma real é o que poderíamos chamar de modo normal de falar dos indivíduos pertencentes a determinada comunidade lingüística, e a norma ideal, por sua vez, é o modelo do “bem falar” que a comunidade se impõe.”

A partir disso, o ideal seria que a nominata do dicionário fosse selecionada com base nessa concepção teórica: Refletir a norma real da Língua Portuguesa. No entanto, ao deparar-nos com palavras como *indez*, *fellinófilo*, *dexfenfluramina*, *ibopeano*, *sivamista*, *adrenolucosditrofia*, *afestoado* e *abantesma*, perguntamo-nos se a macroestrutura de DUPB (2002) realmente reflete a língua em uso, como tenciona. Essas palavras, algumas podendo ser consideradas termos técnicos e outras neologismos não recorrentes na língua, não estão registradas nem mesmo no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (doravante Hou), cuja abrangência macroestrutural é muito maior e cuja preocupação de registro não está ligada à norma real<sup>5</sup>. Em pesquisa no site *Google*, essas palavras só foram encontradas em contextos muito específicos ou tiveram baixíssimo ou nenhum registro. Isso levamos a concluir que não há em DUPB (2002) um reflexo da língua efetivamente em uso no Brasil. Essa certeza é ainda maior quando verificamos que não há registro de palavras como *sonho* e *subsolo*.

<sup>4</sup> A divisão em aspectos quantitativos e qualitativos na análise lexicográfica está baseada em BUGUEÑO (2005/inédito).

<sup>5</sup> “Do trabalho geral resultou uma obra de cerca de 228.500 unidades léxicas que não privilegia determinada faixa cronológica ou geográfica da língua. Versa diacronicamente sobre fenômenos não apenas do português contemporâneo do Brasil e de Portugal, mas ainda, embora de forma seletiva, sobre vocábulos da língua antiga e da arcaica, cujo registro se justifica pelo percentual de sua ocorrência na história da literatura portuguesa”. (HOU, 2001:XX).

Uma segunda questão quantitativa diz respeito a palavras desusadas na Língua, ou seja, palavras que em algum recorte diacrônico eram recorrentes, mas, no momento atual não são mais utilizadas no sistema lingüístico. Alguns exemplos são lexias como *lues* "sífilis", *ludópoda* "jogador de futebol", *lupanar* "bordel" e *ludopédio* "futebol". Para *lues*, foram detectadas na Internet pouquíssimas recorrências e em contextos extremamente específicos da medicina. Para *ludópoda* não foi registrada nenhuma ocorrência e para *ludopédio* e *lupanar* apenas recorrências de caráter literário, como composições de Chico Buarque e poemas de Augusto dos Anjos.

A questão crucial é que essas palavras estão todas registradas no DUPB (2002), com a marca de uso *obsol* (obsoleto). Ainda que o dicionário tenha o bom senso de informar que tais itens estão em desuso, é importante questionar porque um dicionário de usos, que se propõe a registrar a língua efetivamente utilizada na comunidade lingüística inclui em sua nominata palavras obsoletas. A verdade é que essas palavras cabem muito mais a obras como Hou (2001) ou *Dicionário Aurélio Século XXI* (doravante Au) que, como já foi dito, não têm nenhum compromisso com a língua efetivamente em uso.

Outro aspecto macroestrutural a ser considerado em nosso estudo é o qualitativo. Nesse âmbito, encontramos a problemática das variantes ortográficas. Para essa perspectiva, partiremos do estudo de Farias (2006), que estabelece os conceitos *type* e *token*. A forma *type* é aquela considerada como a forma canônica, e *token*, a variante de menos prestígio ou menos recorrente. "O artigo completo deve figurar somente com a forma que seja considerada a de mais prestígio (*type*), fazendo-se, nos demais casos (as formas variantes ou *token*), apenas remissões aos

artigos completos". (FARIAS, 2006: 38). O critério de diferenciar as formas *type* e *token* visa a não-sonegação de informação na macroestrutura do dicionário, ou seja, informa-se ao consulente a existência das duas formas, e ao mesmo tempo informa-se também qual delas tem maior prestígio na língua, sendo essa a forma em que aparece a definição.

No entanto, podemos verificar que nem sempre isso acontece em DUPB (2002). Alguns exemplos podem comprovar que no tratamento de certas variantes, a forma de menos prestígio é a definida, e a forma de mais prestígio contém apenas remissão à menos prestigiada. O primeiro caso analisado foi o das formas *loiro* e *louro*. Em pesquisa realizada no site *Google*, há 644.000 ocorrências de *loira* contra 162.000 de *loura*<sup>6</sup>. Ao contrário do que seria ideal, a forma *louro* é a forma definida em DUPB (2002) e a lexia *loiro* contém apenas a remissão à forma *louro*.

Um outro caso analisado foi o das formas *abdome* e *abdômen*. Em DUPB (2002), a forma *abdome* é considerada mais usual na língua portuguesa, em detrimento da forma *abdômen*. No entanto, os dados encontrados através da pesquisa na Internet, revelam que a forma mais usual é *abdômen*: São 470.000 ocorrências para essa forma contra 239.000 para *abdome*.

Por outro lado, em alguns casos DUPB (2002) procede bem: Para as formas *alvorço/alvoroto*, o dicionário define a forma de fato mais usual na

---

<sup>6</sup> Note-se que utilizamos a forma feminina devido ao fato de que a lexia *louro* é homonímica, podendo também se referir à folha utilizada como condimento, o que acarretaria registros do *Google* inadequados a nossa pesquisa, que se refere apenas a pessoas de cabelos dourados.

língua, *alvorço* (182.000 ocorrências), deixando para *alvoroto* (223 ocorrências) a remissão. O fato de algumas vezes haver parâmetros para a lematização das formas *type* e *token* e outras vezes não, é profundamente negativo para a obra lexicográfica, pois as informações chegam ao consulente de maneira muito confusa e revelam baixa confiabilidade.

Ainda no âmbito da macroestrutura, uma outra discussão é a respeito dos critérios de lematização de DUPB (2002). Um diferencial desse dicionário em relação a outras obras lexicográficas da Língua Portuguesa é um maior cuidado com o contexto sintagmático. Em diversas entradas, percebemos que há uma preocupação em lematizar “formas fixas”, isto é, que não são utilizadas separadamente, que estarão sempre juntas na língua. Um exemplo é *formal de partilha* “documento em que se relacionam os bens de cada herdeiro” (s.v). DUPB (2002) reserva para esse item uma entrada independente na macroestrutura, assim como o faz para *maçã do rosto*, *lugar de honra* e *loteria esportiva*. Esse é um aspecto positivo do dicionário. Por outro lado, essa lematização encontra falhas ao longo da nominata. O exemplo mais significativo é a forma *des*:

**Quadro 1** – Proposta de lematização:

**des que** *Prep (Coloq)* [Núcleo de construção conjuntiva] desde que: *aquela foi a primeira noite de sono bem dormido dès que sai da fazenda do seu Tonho (CHA); des que seu Zuza perdeu os papéis de ambarcadiço e não pode mais navegar ficou assim (CR).*

Outra questão importante a respeito dos critérios de lematização de DUPB (2002) é a presença de diminutivos como entradas independentes na

**des** *Prep (Coloq)* [Núcleo de construção conjuntiva] [ $\sim$  + que] desde que: *aquela foi a primeira noite de sono bem dormido dès que sai da fazenda do seu Tonho (CHA); des que seu Zuza perdeu os papéis de ambarcadiço e não pode mais navegar ficou assim (CR)*

(DUPB, 2002 s.v)

É certo que a forma *des* somente é utilizada em contextos em que antecede a forma *que*. Observemos: “Des que volte a energia elétrica, poderemos realizar o trabalho”./ \* “Não temos energia elétrica *des* ontem”. Enquanto a primeira forma é totalmente correspondente à norma real da Língua Portuguesa, a segunda sentença é totalmente agramatical. Portanto, consideramos que mais do que informar o contexto ([ $\sim$  que]), o ideal é lematizar a forma *des que*, principalmente porque a informação semântica que o dicionário traz é que a forma *des* é sinônimo de *desde*. Isso tende a causar confusão na interpretação do verbete por parte do consulente, que pode entender que se pode usar *des* em todos os contextos em que se pode utilizar *desde*, o que sabemos que não reflete a norma real da Língua Portuguesa. Nossa proposta para a lematização seria (Quadro 1):

macroestrutura. Em casos em que a forma no diminutivo encontra significação diferente em relação à forma primitiva é muito pertinente que se

lematize o diminutivo. Um exemplo de lematização relevante do diminutivo em DUPB (2002) é *engenhoca*, cuja significação é semanticamente discrepante à significação de *engenho*. No caso de *engenhoca*, temos o acréscimo da acepção “qualquer máquina ou maquinismo considerado exótico” (s.v. *engenhoca*) em relação a *engenho*.

Por outro lado, DUPB (2002) lematiza casos em que não há relevância, uma vez que a forma em diminutivo não difere semanticamente da forma normal. Um exemplo disso seria a forma *atrasadinho* em oposição à forma *atrasado*. Vejamos:

**atrasadinho** adj [Qualificador de nome humano] quem está um pouco atrasado: Os “*atrasadinhos*” ainda têm chance de passar o reveillon no litoral (FSP)

(s.v. *atrasadinho*)

Não existe nenhuma necessidade de definir a forma diminutiva de *atrasado*, pois ela não apresenta nenhuma novidade em termos semânticos para o consulente. A necessidade de haver critérios de lematização se faz bastante visível nesse caso: Aqui, a concepção teórica deveria ser de que os diminutivos só serão informados quando acarretarem mudança na significação da palavra, e nunca deveriam fazer parte da nominata quando não acarretam nenhuma modificação, como no caso de *atrasadinho*, ou o dicionário teria que trazer sempre a forma diminutiva das palavras (o que também não seria de grande utilidade para o consulente). Por exemplo, assim como *atrasadinho* é quem está um pouco atrasado, *revoltadinho*, é quem está um pouco revoltado, e, no entanto, DUPB (2002) não apresenta essa lematização (*revoltadinho*).

Ainda dentro dessa questão macroestrutural, pode-se questionar a lematização da forma

*abagunçado* em DUPB (2002), cuja significação é exatamente a mesma de *bagunçado*. O fato é que a forma *abagunçado* apresenta baixíssima recorrência na língua. O primeiro questionamento que fazemos diz respeito a se é realmente necessário trazer *abagunçado* na nominata. A segunda é, já que *abagunçado* é variante de *bagunçado*, porque essas palavras não seguem os critérios antes apresentados para as formas *type* e *token*. Isso significa que, como *abagunçado* está incluído na nominata, seria interessante que para essa forma houvesse uma remissão para *bagunçado*, entrada na qual se encontraria a definição. Essa falta de critérios é um aspecto que necessita de intensas melhoras em DUPB (2002), que, ao que parece, lematiza tudo aquilo que encontra em seu corpus sem avaliar qualitativamente e quantitativamente os itens arrolados.

## A microestrutura

A microestrutura é o conjunto de informações que se encontram nas entradas do dicionário e se divide em comentário de forma e comentário semântico<sup>7</sup>. Comentário de forma diz respeito a toda e qualquer informação referente ao signo lingüístico enquanto significante. A grosso modo, pode-se dizer que está representado pelos dados relacionados a aspectos gramaticais, ou seja, classe gramatical, usos no plural, marca de transitividade no caso de verbos, formas aumentativas e diminutivas dentro do verbete, etc. Já o comentário semântico refere-se a toda e qualquer informação do signo lingüístico enquanto significado, ou

<sup>7</sup> Sobre os conceitos de comentário de forma e comentário semântico, ver Bugueño (2004).

seja, os dados relacionados com o aspecto semântico da palavra. Podem estar representados por definição, equivalência, marcas de uso, marcas diatópicas, exemplos, etc. É a partir desse conceito de microestrutura que partimos para a análise do plano microestrutural do DUPB (2002).

Dentro desse âmbito, o primeiro tópico com o qual nos preocupamos foi a questão da pertinência das paráfrases definidoras, componente principal do comentário semântico. O primeiro caso que trazemos para a discussão é a definição da palavra *sivamista*, deixando de fora aspectos relacionados à inclusão dessa palavra na nominata (ver página 3 desse trabalho). Vejamos a definição apresentada em DUPB (2002) para *sivamista*:

**sivamista** N indivíduo defensor do polêmico projeto Sivam: A conclusão a que chegam os sivamistas é de que urge a proteção do espaço aéreo para proteger as riquezas da Amazônia (FSP)

(s.v *sivamista*)

A partir dessa definição não é possível inferir nenhuma informação acerca da significação da palavra, a não ser que se conheça o projeto Sivam, ou seja, há uma condição imposta ao leitor para que possa interpretar o verbete corretamente. No caso de o leitor não saber o que é o projeto Sivam, a definição de nada ajudará o consulente. Essa é uma definição que podemos considerar como uma definição opaca<sup>8</sup>. Em casos de definições assim, o exemplo deve cumprir uma função essencial,

de esclarecer ao consulente aquilo que o lexicógrafo não conseguiu explicitar através da definição. No entanto, o exemplo de *sivamista* em nada colabora com o entendimento do verbete: Não se torna menos necessário que o consulente conheça *a priori* o que é o projeto Sivam.

Um outro exemplo problemático diz respeito à *azumalaquita*:

**azumalaquita** Nf malaquita de cor azul: a azurita com zonas azuis de diferentes matizes e a azumalaquita assumem belíssimos efeitos quando polidas ou lapidadas (PEP)

(s.v *azumalaquita*)

Nesse caso, a definição é tão opaca quanto era no caso de *sivamista*. É necessário, fazer sucessivas consultas no dicionário para que se obtenha o significado de *azumalaquita*, que só será esclarecido na entrada *malaquita*. Isso significa que o verbete realmente útil para o consulente estará somente na letra “m”, o que pressupõe uma circularidade extremamente negativa na leitura do mesmo.

O que se pode inferir disso tudo é que é necessário um maior rigor com a qualidade das paráfrases definidoras. Ainda dentro dessa questão, um outro exemplo que contém problemas é o lema *abscedação*. Vejamos o que DUPB (2002) apresenta:

**abscedação** Nf [Abstrato de processo] supuração: O andamento do quadro é geralmente das doenças agudas, mas existem formas crônicas, quer na abscedação amebiana, como na piogênica (CLI)

(s.v *abscedação*)

<sup>8</sup> Para maiores informações sobre definições opacas, ver Farias (2006).

Aqui não existe sequer paráfrase definidora; o que temos é uma equivalência. A crítica que fazemos se refere ao fato de que no tratamento de uma palavra complexa como *abscedação* seria mais assertivo que se apresentasse uma definição, pois tem um caráter mais elucidativo que uma equivalência. Note-se também que o exemplo, que possui um papel importante quando a equivalência não é elucidativa o bastante, tam-

bém não ajuda o consultante a compreender o significado da palavra. Esse caso é bastante pertinente na medida em que se refere a termos médicos: tanto *abscedação* quanto *supuração* são termos de caráter mais técnico, usados em contextos relacionados à medicina (cf. pesquisa realizada no site *Google*). Nossa proposta para definir *abscedação* é uma definição simples, com termos recorrentes na língua (Quadro 2):

**Quadro 2** – Proposta de definição

**abscedação** Nf [Abstrato de processo] formação de pus.

Com uma definição como a que propomos, evita-se a circularidade durante a consulta no dicionário e o entendimento da paráfrase definidora passa a ser uma garantia ao consultante, o que torna o dicionário realmente eficaz e em condições de cumprir sua função de instrumento heurístico para a compreensão da língua.

Ainda dentro da microestrutura de DUPB (2002), um segundo objetivo desta análise foi a pertinência das descrições sintáticas. Como já foi dito, DUPB (2002) pretende refletir a norma real da Língua Portuguesa. A respeito da base gramatical, DUPB (2002) traz a seguinte explicação:

quando se pretende contribuir para a agilização do uso (escrito) é necessário adotar uma teoria gramatical que sustente a apresentação sistemática da estrutura e do funcionamento da língua. Aproveitando-se dos princípios mais gerais da lingüística sincrônica, procurou-se organizar os verbetes de tal forma que o consultante tenha, de um lado, uma informação geral de como a língua se organiza

e, de outro, uma série de exemplos de como a língua se organiza e, de outro, uma série de exemplos de como a língua está sendo efetivamente utilizada nos textos.

(DUPB, 2002: VII)

A partir dessa tentativa explícita de proporcionar ao usuário informações sobre como “a língua está efetivamente sendo usada”, DUPB (2002) apresenta um cuidado sintático diferenciado em relação a obras como Au (1999) e Hou (2001), não trabalhando com as marcações clássicas de *td*, *intr*, etc. As informações gramaticais das palavras são inferidas a partir de marcadores formais que são apresentados com base na teoria gramatical que aparece desenvolvida em Borba (2003).

Em relação aos objetos diretos, DUPB (2002) diferencia-os em dois tipos: aqueles que não necessitam obrigatoriamente de complementos e aqueles que sempre os carregam obrigatoriamente. É importante salientar também que as abonações são responsáveis por garantir ao

consulente uma compreensão totalmente satisfatória do comportamento sintático da palavra. No entanto, podemos verificar que nem sempre essa relação entre a marcação sintática e a abonação dá-se harmoniosamente. É o que acontece, por exemplo, com *grifar*.

Vejamos: Na primeira acepção, DUPB (2002) marca como obrigatório o uso do complemento (nome concreto não-animado). Apesar disso, a segunda das duas abonações não apresenta esta característica: “Há quem ao abrir um livro produza estragos nas margens, outros abrem os livros forçando o dorso, alguns têm o hábito de grifar, fazer sinais, anotações a lápis ou tinta (CRS)” (DUPB, 2002 s.v). É possível inferir, através da abonação, que não é obrigatório o complemento, como DUPB (2002) traz na marcação sintática. *Grifar* também pode ser utilizado, sem modificação semântica, em estado absoluto. Esta é uma discrepância problemática que pode levar o consulente a uma confusão grave, ou seja, não se sabe qual a orientação que deve ser seguida, o comentário de forma ou a abonação.

O mesmo problema acontece com *fornecer*, porém, no sentido contrário. No comentário de forma, DUPB (2002) apresenta a informação sintática “[Ação-processo] [+/-Compl 1: nome] [+/-Compl 2: a/para + nome animado]”. Isso significa dizer que é perfeitamente possível empregar o verbo *fornecer* nos sentidos de “1 prover, abastecer”; “2 proporcionar, oferecer” e “3 proporcionar, dar” sem um dos dois complementos (direto e indireto). No entanto, as abonações não mostram essa possibilidade, pois todas (5) apresentam ambos os complementos, o que causa a impressão de que, na verdade, não se pode tirar um ou os dois complementos sob pena de gerar uma sentença agramatical. Seria importante que DUPB (2002) trouxesse no verbe-

te uma abonação que provasse isso, afinal de contas, toda essa marcação sintática é elaborada a partir dos dados retirados do corpus.

Outro problema é o relacionado à regência verbal. Nem sempre as abonações estão de acordo com a preposição indicada no comentário de forma. Um exemplo é *cismar*: Na segunda acepção (“2 meter na cabeça; presumir” s.v), DUPB (2002) indica a seguinte informação sintática: “[Compl: de + oração] (s.v)”. Apesar disso, as duas primeiras das três abonações não apresentam a preposição *de*, mas sim a conjunção *que*. Vejamos: “Amolfa cismou que quem matou Sinhô Chiquinho não foi baiano bom (R)” e “Cismeique era escritor (R)”.

No caso dessas duas abonações, o verbo *cismar* deveria ser encarado como um verbo transitivo, cujo complemento é uma oração encabeçada pela conjunção *que*, como o faz Hou (2001) na quarta acepção: “transitivo direto: 4 meter na cabeça, convencer-se de; teimar Ex.: cismou que é um grande ator” (s.v) e também como o faz Au (1999) na oitava acepção: “V. t. d. 8. Meter na cabeça; convencer-se de: Cismou que é um sábio, o pobre rapaz.” (s.v). Porém, esse tratamento para o verbo *cismar* não está presente no verbete de DUPB (2002), o que é bastante contestável devido ao fato de que tal construção foi detectada no corpus e inclusive incluída nas abonações.

Embora DUPB (2002) tenha uma alta qualidade no que se refere às informações sintáticas, problemas como estes podem comprometer a confiabilidade do dicionário. Nossa intenção ao apontar tais deficiências é justamente propor aperfeiçoamentos a uma obra que representa um grande avanço qualitativo na lexicografia brasileira.

Por fim, ainda no âmbito microestrutural, chamaremos atenção também para a problemática da ordem das acepções dentro do verbete. Para tanto, analisaremos o caso de *curtir*. Embora exista uma profunda diferença metodológica entre Hou (2001), Au (1999) x DUPB (2002), a ordem das acepções para *curtir* é exatamente a mesma. Para a acepção “apreciar; gostar” (s.v) é reservada a última posição de três acepções. No caso de Hou (2001), está localizada na última acepção de dez. Au (1999) também reserva para a acepção a nona colocação de nove acepções.

No caso de Hou (2001) e Au (1999), não existe compromisso com a norma real, mas esses dicionários na verdade, apresentam um caráter bastante prescritivo<sup>9</sup>, o que nos leva a acreditar que a causa para a acepção estar na última posição do verbete se deve ao fato de que contém uma marca de informal em Hou (2001) e gíria em Au (1999). No entanto, essa regra não pode valer para DUPB (2002), uma vez que tem a intenção de refletir a norma real, o que, a princípio, confere-lhe um caráter muito mais descritivo que normativo. Em vista disso, acreditamos que, no caso de DUPB (2002), seria bastante conveniente trazer a acepção “apreciar; gostar” (s.v) como primeira acepção, devido a sua alta ocorrência em relação às outras acepções contidas no verbete<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Um estudo interessante a respeito dos aspectos descritivos e normativos dos dicionários gerais da língua é Zanatta, ainda inédito, apresentado no Salão de iniciação científica da UFRGS, no ano de 2006. O resumo encontra-se no site da pró-reitoria de pesquisa da UFRGS: [www.ufrgs.br/propesq](http://www.ufrgs.br/propesq).

<sup>10</sup> Em pesquisa em sites da internet, foi possível detectar que *curtir* é muito mais usado com a significação de “apreciar; gostar” que com qualquer outra.

## O *Back Matter*

Para explicar essa nomenclatura, recorremos outra vez (como quando tratamos do *Front Matter*) aos conceitos apresentados por Hartmann (2001). O autor denomina de *Back Matter* tudo aquilo que forma o componente final do dicionário, ou seja, o corpus utilizado. DUPB (2002) apresenta um extenso corpus, de onde foram retiradas as abonações que complementam as definições no sentido de auxiliar o consulente no entendimento do verbete, além de registrar o uso de determinada palavra em determinado contexto.

A importância do *Back Matter* consolida-se em DUPB (2002) na medida em que verificamos a função das abonações. No primeiro parágrafo desta seção já falamos um pouco dessa função, porém, observemos o que a “Nota do editor” (V, s.v) traz a respeito das abonações:

Para cada acepção há uma ou mais de uma abonação, que é o contexto em que a palavra ocorre, e que mostra como ela está efetivamente sendo usada. A adoção de contextos reais é útil ainda quando uma mesma palavra tem várias acepções, cujas diferenças uma simples listagem dificilmente esclareceria. Além disso, e residualmente, as abonações registram certas particularidades morfológicas, como plurais oscilantes, plural de formas compostas, irregularidades verbais etc.

(DUPB, V s.v)

DUPB (2002) pretende-se um dicionário da Língua Portuguesa escrita no Brasil na segunda metade do século XX. Isso significa dizer que as abonações devem ser retiradas de fontes que foram publicadas de 1950 a 2000. Os tipos de fon-

tes utilizadas para a construção do corpus foram textos de literatura romanesca, jornalística, técnica, dramática e oratória, o que proporcionou à equipe lexicográfica um total aproximadamente de 77 milhões de ocorrências em textos escritos. Cabe ainda ressaltar que houve uma forte predominância de textos jornalísticos.

Essa hegemonia dos textos jornalísticos é, ao nosso ver, extremamente positiva, considerando que são nos jornais e revistas que circulam as palavras mais recorrentes na língua e os contextos nos quais são empregadas. Por outro lado, questionamos a validade de abarcar no corpus textos de caráter técnico, pois acabam acarretando a presença de palavras pouco usuais na língua e restritas a contextos muito específicos, de determinadas especialidades, como o caso de *cladosseláquio* e outros tantos termos que não fazem parte da língua comum. Em pesquisa no site *Google*, não encontramos nenhuma recorrência para tal palavra. O uso deste tipo de texto acaba distorcendo os resultados de DUPB (2002) que pretende, como já foi dito, refletir a língua efetivamente em uso.

Outro ponto é a questão da escolha de algumas obras. Apontamos os casos de *Contos Gauchescos* (1912), *Fantoches* (1932) e obras de João Guimarães Rosa. Em relação aos dois primeiros, a crítica refere-se ao fato de que *Contos Gauchescos* (1912), de João Simões Lopes Neto, não reflete a língua referente ao recorte sincrônico que DUPB (2002) pretende abarcar, uma vez que foi escrito antes da primeira metade do século XX. O que acontece no caso dessa obra, é que DUPB (2002) registra em seu corpus uma publicação posterior a 1950, o que não é relevante, já que o

conteúdo da obra segue sendo o mesmo da sua primeira edição. Portanto, *Contos Gauchescos* (1912), reflete a língua utilizada no Rio Grande do Sul no início do século XX. O mesmo acontece com *Fantoches* (1932), de Érico Veríssimo, também publicado antes do recorte pretendido por DUPB (2002). Utilizar uma edição posterior a 1950 de nada adianta, pois, assim como no caso da obra de João Simões Lopes Neto, o conteúdo léxico continua exatamente igual.

Quanto às obras de João Guimarães Rosa: É sabido que o escritor tende a promover uma profunda inovação lingüística, tanto léxica quanto sintática na Língua Portuguesa, característica que lhe confere a qualidade de genial. O que se pode afirmar é que as construções sintáticas e o léxico utilizados pelo autor provavelmente nem sempre refletirão a língua em uso efetivamente, mas tratam-se muito mais de criações que dificilmente entrarão no âmbito da língua comum. Podemos observar, ao longo de nossa pesquisa, que muitas vezes, ao deparar-nos com construções estranhas e exemplos que não entendíamos como nossa língua, os dados eram provenientes de obras como *Corpo de Baile* (1956) e *Sagarana* (1946). Ainda se pode ressaltar a data da primeira edição de *Sagarana* (1946), que não se adequa ao recorte sincrônico almejado por DUPB (2002).

Ainda dentro do *Back Matter*, DUPB (2002) inclui uma lista de siglas de órgãos e entidades e uma lista de expressões latinas que apareceram no corpus. A respeito destas duas seções, não nos manifestaremos, vale dizer apenas que são bastante úteis ao usuário - a lista de siglas, por exemplo, ajuda na compreensão das abonações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

DUPB (2002), como já foi dito, é uma grande inovação lexicográfica no Brasil, pois, ainda não contávamos com obras que realmente se preocupassem com a norma real, ou seja, o que de fato está sendo utilizado na língua escrita no Brasil. Em relação à sintaxe, DUPB (2002) também apresenta melhorias em comparação a obras como AU (1999) e HOU (2001). No entanto, ainda é necessário que sejam feitas mudanças no sentido de aperfeiçoar a obra, nos planos macro, micro e medioestrutural e no âmbito do *Back Matter*.

No que se refere ao *Front Matter*, é certo que DUPB (2002) é muito assertivo e apresenta reais condições de auxiliar o consulente na interpretação do verbete, de realizar, de fato, uma ponte entre o dicionário, o usuário e o lexicógrafo. Na verdade, DUPB (2002), é a primeira obra lexicográfica que contém um *Front Matter* de acordo com as concepções teóricas estabelecidas para o componente.

No plano macroestrutural, a discussão se deu primeiramente em relação ao aspecto quantitativo (palavras desusadas, termos técnicos, etc.) visando uma análise sobre aquilo que superpova o dicionário, ou seja, palavras que não são adequadas às intenções de DUPB (2002) de refletir a norma real da Língua Portuguesa. Em segundo lugar, abordamos o aspecto qualitativo, que visa a estabelecer critérios para a lematização das formas *type* e *token* e construções em geral que, da maneira com que estão apresentadas na nominata, não estão de acordo com o que DUPB (2002) pretende e acabam distorcendo o caráter do dicionário.

No que se refere à microestrutura, preocupamo-nos principalmente em abordar a pertinência das paráfrases definidoras, no sentido de propor melhorias ao comentário semântico de DUPB (2002) e a pertinência da descrição sintática, com a intenção de apontar problemas encontrados no comentário de forma que acabam prejudicando a eficácia da obra lexicográfica.

Em relação ao *Back Matter*, buscamos alertar para a importância das referências bibliográficas no caso do DUPB (2002), já que o dicionário, tanto no plano macroestrutural quanto no plano microestrutural está alicerçado no corpus. Nossa análise é uma espécie de aviso quanto à validade de certos itens presentes neste corpus que podem acabar desvirtuando o dicionário do recorte lingüístico que almeja, bem como passar uma imagem falsa da língua, no caso de dados retirados de obras de Guimarães Rosa, que, como sabemos, praticamente não se pode dizer que refletem a língua em uso no Brasil. Com este trabalho, pretendemos suscitar reflexões acerca dos pontos que levantamos para, quem sabe, melhorar o dicionário que já é, por si só, um grande feito da lexicografia brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AU. **Aurélio Século XXI**. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

BORBA, Francisco. **Organização de dicionários**. Uma introdução à lexicografia. São Paulo: UNESP, 2003. 356 p.

BENEDUZI, Renata; BUGUEÑO, Félix Miranda; FARIAS, Virgínia. Avanços na re-

dação de um dicionário de falsos amigos Espanhol – Português. **Lusorama. Frankfurt in Main**, n.61/62, p.195-219, 2005.

BUGUEÑO, Félix Miranda. Notícia sobre o comentário de forma e comentário semântico em um dicionário de falsos amigos Espanhol – Português. *Expressão – Revista do Centro de Artes e Letras*, Santa Maria, p. 89-93, jan/jun. 2004.

BUGUEÑO, Félix Miranda. **O dicionário como reflexo da língua**. 2005. Inédito.

DUPB BORBA, Francisco. **Dicionário de usos do Português do Brasil**. Ática: São Paulo, 2002.

FARIAS, Virgínia. **Os dicionários escolares: análise e proposta de ementas**. 2006. Monografia (Especialização em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FORNARI, Michelle. “Concepção e desenho das ‘Partes Introdutórias’ do dicionário de falsos amigos Espanhol – Português”. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 18.; FEIRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 15., 2006, Porto Alegre. **Livro de Resumos...** Porto Alegre: UFRGS/PROPESQ, 2006. Disponível em: [www.ufrgs.br/propesq](http://www.ufrgs.br/propesq)

HOU. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2001.

ZANATTA, Flávia. Os dicionários de uso. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 18.; FEIRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 15., 2006, Porto Alegre. **Livro de Resumos...** Porto Alegre: UFRGS/PROPESQ, 2006. Disponível em: [www.ufrgs.br/propesq](http://www.ufrgs.br/propesq)